

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº            DE 2005**  
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita informações ao Sr. Ministro da  
Justiça sobre a elaboração da cartilha, intitulada  
“Politicamente Correto”.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requiero a Vossa Excelência que, ouvida a mesa, sejam solicitadas as informações a seguir listadas ao Senhor Ministro da Justiça sobre edição das cartilhas, intituladas “Politicamente Correto”, elaboradas pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça:

- 1) o número exato dos exemplares editados;
- 2) o valor total dos gastos despendidos para elaboração, impressão e distribuição das cartilhas, inclusive se houve contratação de consultoria;
- 3) a origem dos recursos destinados ao pagamento da tiragem das cartilhas;
- 4) se houve participação de servidor público na elaboração da cartilha e quais os seus nomes;
- 5) se haverá apuração de responsabilidade pelos gastos realizados com o dinheiro.

**JUSTIFICAÇÃO**

O jornal “Folha de São Paulo” do dia 15.05.05, publicou matéria sob o título: “Quem tem medo do politicamente incorreto?”, segundo a qual, o manual é composto por 96 expressões e com uma tiragem de 5 mil exemplares.

De acordo com a matéria, no início do mês, o governo federal começou a distribuição da cartilha que traz uma relação de palavras e expressões de uso corrente, que deveriam ser evitadas por trazerem conotações pejorativas ou discriminatórias.

Conforme a reportagem, “(...) Mal foi iniciada, a entrega das 5.000 cartilhas, porém, foi abortada por ordem do ministro. A razão foi a polêmica criada com a divulgação dos termos desaconselhados pela cartilha, e, conseqüentemente, as críticas recebidas pela secretaria.



A639FA6650

Uma delas está no fato de que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva utiliza em seus discursos algumas palavras ‘proibidas’.”

“(…) O problema é que talvez estejamos trocando seis por meia dúzia e supondo que a representação é maior do que a realidade. Pois mudam-se os nomes e a situação permanece a mesma.

Esse parece ser antes um recurso de maquiagem social, que alivia tensões imediatas sem investir nos problemas reais. Como dizia o historiador Sérgio Buarque de Holanda: ‘Muito lastro e pouca vela’. E não podemos esquecer que nomes são relações e carregam diferentes sentidos em contextos também diversos.”

“(…) Nilmário decidiu parar a distribuição e enviar a publicação para a análise do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. O comitê decidiu que o tema precisa ser debatido e propôs a realização de um seminário – com o título Linguagem, Poder e Preconceito – para discussão.

As informações requeridas são fundamentais para se esclarecer os gastos desnecessários realizados pelo governo com a edição de cartilhas “inócuas” para a sociedade.

Sala das Sessões, em                      de maio de 2005.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame



A639FA6650